



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10120.002900/98-66
Recurso nº : 125.838
Acórdão nº : 201-78.615

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>08 / 05 / 06</u>
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : J. SINIMBU COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

IPI. CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS. DECADÊNCIA.

Decai o direito de creditar-se do IPI referente à aquisição de produtos após decorridos 05 (cinco) anos da data de sua aquisição.

**NÃO INCIDÊNCIA NOS PRODUTOS ADQUIRIDOS.
CRÉDITOS POR AQUISIÇÕES.**

Inadmissível o creditamento do IPI incidente sobre matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem aplicados em produtos cuja saída esteja contemplada com alíquota zero do imposto (artigo 100, I, "a", do RIPI/82), anteriormente à vigência da Lei nº 9.779/99.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por J. SINIMBU COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

Josefa Maria Marques
Josefa Maria Coelho Marques

Presidente

Rogério Gustavo Dreyer
Rogério Gustavo Dreyer

Relator

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>29 / 09 / 2005</u>
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.



**Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes**

**Processo nº : 10120.002900/98-66
Recurso nº : 125.838
Acórdão nº : 201-78.615**

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 29 / 09 / 2005

2º CC-MF

Recorrente : J. SINIMBU COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

RELATÓRIO

A contribuinte em epígrafe requereu ressarcimento/compensação de IPI relativo à aquisição de material de embalagem, tributado pelo IPI, aplicado em produto contemplado com alíquota reduzida a zero.

Os créditos referem-se a períodos de apuração que vão desde janeiro de 1990 a junho de 1998.

As decisões negaram provimento à pretensão, alegando a decadência do direito, bem como, na parte não decaída, a falta de previsão legal, considerando que a manutenção do crédito pretendida não se amparava em nenhum benefício legal que admitia a prática, vez que o produto industrializado era amparado por alíquota zero na sua saída.

A contribuinte, em seu recurso, basicamente sustenta o direito com base no princípio da não-cumulatividade, bem como aduz que a contemplação com alíquota zero na saída é benefício fiscal que automaticamente garante o direito ao crédito pelas aquisições e seu resarcimento ou compensação.

É o relatório.

16 Jan



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10120.002900/98-66
Recurso nº : 125.838
Acórdão nº : 201-78.615

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 29 / 09 / 2005

[Assinatura]
WSTO

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Estou plenamente de acordo com a decisão recorrida, tanto no concernente à decadência do direito de pedir a restituição como em relação ao mérito.

Quanto à decadência, tenho defendido que, na esteira das decisões desta Câmara, o prazo para a escrituração extemporânea do crédito vence no último dia do quinto ano contado da data da aquisição do produto. Não tenho porque dissentir de tal entendimento.

Quanto ao mérito, a matéria é remansosa neste Colegiado. O artigo 100, I, "a", do RIPI/82, estabelece expressamente a anulação, mediante estorno, dos créditos de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização de produtos isentos ou contemplados com alíquota zero.

Na bem postada decisão, claro que o produto não possuía nenhum benefício fiscal previsto em lei asseguratório do direito pretendido. Este aspecto a contribuinte deixou claro nas informações prestadas e no argumento que utilizou de que a saída com alíquota zero era, por si só, um benefício, o que não se sustenta.

A questão do creditamento sobre as aquisições de tais insumos, quando aplicados em produtos sob a excepcional condição, inclusive quanto ao seu resarcimento, somente foi admitida a contar da Lei nº 9.779/99, a qual, em seu artigo 11, expressamente institui o direito.

Adira-se a tais considerações que descabe ao Colegiado declarar a constitucionalidade de norma legal ou determinar a sua inaplicação com base em tal fundamento.

Frente ao exposto, nego provimento ao recurso interposto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

[Assinatura]
ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

[Assinatura]